

Regional

GUARAPARI

Venda de estádio para na Justiça

Empresário alega que comprou a sede de time de futebol em 2004, mas o imóvel foi adquirido em 2012 por uma construtora

Vinicius Rangel
GUARAPARI

O estádio Davino Matos, sede do Guarapari Esporte Clube (GEC), foi vendido duas vezes e o caso foi parar na Justiça. É o que alega o primeiro comprador, o empresário Marcel Nogueira Lemos. Segundo ele, o estádio lhe pertence e não poderia ter sido vendido para outra empresa, que realiza a demolição da arena.

O empresário afirmou que entrou ontem com um pedido na Justiça para impedir que a demolição do estádio continue.

Lemos alegou que comprou o imóvel em 2004, junto com uma companhia. Em 2005, ele foi retirado do contrato sem o consenso dele. Já em 2007, o empresário entrou com uma ação no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Segundo o empresário, em 21 de

julho do ano passado, a Justiça foi unânime e anulou todos os documentos que foram feitos após sua saída do contrato.

“Foi ilegal o que eles fizeram, não poderiam ter vendido. Em 2012, o GEC vendeu o imóvel para a Alfa Construtora. Com a decisão do TJ-ES, todos os documentos, inclusive esse contrato de venda para a Alfa, foram anulados. Apenas o meu contrato ficou válido, me deixando como dono do imóvel”, explicou Lemos.

NOTIFICAÇÃO

Na última quarta-feira, a comerciante Vera Lúcia Monté, 47 anos, recebeu a visita dos responsáveis pela Alfa Construtora, que a notificaram e informaram que ela deveria sair do imóvel, de propriedade do GEC, no prazo de 90 dias.

Segundo ela, foi oferecida uma quantia de R\$ 20 mil, que ela recusou e pediu R\$ 50 mil. Mas, na última sexta-feira, uma parede de seu restaurante foi destruída.

“Meus funcionários saíram correndo, desesperados, achando que tudo estava desabando. Eles começaram a demolir a parte da arquibancada do estádio e nem avisaram. Eles não podem chegar



FOTOS: VINICIUS RANGEL

CAMPO do estádio Davino Matos, que é alvo de disputa com construtora

de um dia para o outro e acabar com tudo. Tenho direitos e paguei à vista há um ano este local, até 2021. Não vou sair daqui”, declarou.

Em todo o quarteirão do estádio, o espaço é cercado por comerciantes. Um deles, Nilson Lorençone, 51 anos, não recebeu nenhuma notifi-

cação e ficou assustado em saber da decisão. “Paguei o aluguel até 2021 e agora vou ter de sair daqui sem nenhum centavo? No mínimo, preciso de R\$ 100 mil, para montar outro negócio. Vou recorrer na Justiça, caso eu não consiga.”

Por telefone, a empresa Alfa informou que irá se manifestar hoje.

Ministério Público investiga clube

O Ministério Público estadual (MP-ES) abriu um inquérito civil para investigar possíveis irregularidades ocorridas dentro do Guarapari Esporte Clube (GEC).

Em 2012, um dos sócios do clube realizou denúncia na ouvidoria do MP-ES, onde apresentou documentos alegando que houve fraude na prestação de contas do GEC.

De acordo com o sócio Themistocles Sant’ana, 54 anos, em 2012

ele fez a denúncia que foi parar na Delegacia Patrimonial de Guarapari, onde ele e outros sócios, junto com a diretoria do clube e comerciantes, foram intimados a prestar depoimento sobre o caso.

“A prestação de contas que foi apresentada na delegacia, não batia com todos os comprovantes e contratos que os comerciantes levaram para serem analisados. O caso então foi para o Ministério

Público, junto com várias caixas de documentos que eu levei. Mas só este ano que algo começou a ser feito” explicou Sant’ana.

O MP-ES informou que o órgão estava analisando toda a documentação e, por isso, houve a demora.

A reportagem entrou em contato com a diretoria do GEC, mas ninguém quis se pronunciar sobre o caso.



ENTRADA do estádio, em Guarapari



MAURO CUNHA

Escola de São Mateus recebe projeto

A Escola Municipal Vaversa, na comunidade Vaversa, em São Mateus, Norte do Estado, foi escolhida para participar do projeto Transformando Comunidades e passou por uma reforma. Alunos dos ensinos infantil e fundamental foram beneficiados com melhorias nas instalações e com ações de cidadania.

Em parceria com a prefeitura, a empresa Pepsico realizou a obra e passará a apoiar a escola por três anos. Haverá ações de educação ambiental e cuidados com a saúde.

Protesto contra nova norma em Cachoeiro

Motociclistas de Cachoeiro de Itapemirim programam protesto hoje pelas ruas da cidade contra o projeto de lei que obriga o uso de adesivo no capacete com número da placa da moto.

A manifestação é organizada através das redes sociais. Os motociclistas pretendem se reunir às 18 horas, na avenida Linha Vermelha, em frente à estação ferroviária, de onde devem seguir pelas ruas

principais do município.

O projeto foi aprovado na semana passada pela Câmara de Vereadores com o objetivo de facilitar a identificação de bandidos que usam o capacete para crimes. Ainda depende da sanção do prefeito Carlos Casteglione.

No último sábado, um grupo de motociclistas já havia realizado uma manifestação na cidade, com buzinação pelas ruas.

Equipe do governo visita casarão em Santa Teresa

SANTA TERESA

Uma equipe do governo do Estado, com conselheiros da Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervo, do Conselho Estadual de Cultura (CEC) e funcionários da Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e do Arquivo Público estadual, fez ontem uma visita técnica a Santa Teresa, na região serrana do Espírito Santo.

O objetivo da ação foi iniciar as análises para um possível tombamento de imóveis do centro histórico do município. Um dos empreendimentos visitados foi o Casarão Bassetti, localizado na Rua do Lazer.

A Prefeitura de Santa Teresa deseja demolir a casa e construir uma ponte sobre o rio Timbuí, para desviar o trânsito do Centro.

Para que o Executivo municipal possa fazer a obra, o Conselho de Cultura deve emitir parecer favorável, já que o imóvel está em um entorno que passa por processo de tombamento.

“Fizemos uma avaliação do imóvel e do entorno para saber a viabilidade e o que deve ser feito. É o primeiro passo para emitirmos um parecer para o Conselho de Cultura poder se posicionar sobre o que vai ser feito no imóvel”, revelou o diretor-técnico do Arquivo Público, Cilmar Franceschetto.

NILO TARDIN — 08/06/2015



CASARÃO Bassetti: análise

Justiça bloqueia bens de empresas

Após dois dias de manifestação e interdição das pistas na BR-101 realizadas pelos funcionários das usinas Disa e Infisa, a Justiça do Trabalho deferiu a liminar solicitada pelo Ministério Público do Trabalho do Estado (MPT-ES) determinando o bloqueio de bens das empresas, no montante de R\$ 2 milhões.

O motivo da decisão foi o descumprimento de normas trabalhistas, como atraso no pagamento dos salários dos trabalhadores desde o mês de junho deste ano.